



Demonstrações Financeiras & Anexo
31 Dezembro 2012

I. Demonstrações Financeiras individuais


a) Balanço em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

		Fundação Santa Rafaela Maria		
		BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011		
		(Montantes expressos em Euros)		
ATIVO	Notas	31-12-2012	31-12-2011	
ATIVO NÃO CORRENTE:				
Ativos fixos tangíveis	6	133.194,42	139.790,73	
Ativos intangíveis	7	166,41	257,16	
Total do ativo não corrente		<u>133.360,83</u>	<u>140.047,89</u>	
ATIVO CORRENTE:				
Estado e outros entes públicos	14	493,25	-	
Fundadores	11	-	22.675,00	
Outras contas a receber	9	11.541,27	12.350,62	
Diferimentos	10	298,03	-	
Caixa e depósitos bancários	4	148.567,49	100.259,20	
Total do ativo corrente		<u>160.900,04</u>	<u>135.284,82</u>	
Total do ativo		<u>294.260,87</u>	<u>275.332,71</u>	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
FUNDOS PATRIMONIAIS:				
Fundos	11	168.403,87	168.403,87	
Resultados transitados		5.689,69	-	
		<u>174.093,56</u>	<u>168.403,87</u>	
Resultado líquido do exercício		91.945,85	5.689,69	
		<u>266.039,41</u>	<u>174.093,56</u>	
Total dos Fundos Patrimoniais		<u>266.039,41</u>	<u>174.093,56</u>	
PASSIVO:				
PASSIVO CORRENTE:				
Fornecedores	13	2.359,25	2.658,03	
Estado e outros entes públicos	14	5.466,05	2.384,95	
Outras contas a pagar	12	20.396,16	96.196,17	
Total do passivo corrente		<u>28.221,46</u>	<u>101.239,15</u>	
Total do passivo		<u>28.221,46</u>	<u>101.239,15</u>	
Total do Fundos Patrimoniais e do Passivo		<u>294.260,87</u>	<u>275.332,71</u>	
As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas Demonstrações Financeiras				
<u>O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS</u>		<u>O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</u>		

b) Demonstração dos resultados por naturezas dos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

 <p style="text-align: center;">Fundação Santa Rafaela Maria DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011 (Montantes expressos em Euros)</p>			
RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	31-12-2012	31-12-2011
Subsídios à exploração	15	80.776,48	12.205,29
Fornecimentos e serviços externos	16	(48.277,89)	(9.829,64)
Gastos com o pessoal	17	(120.940,70)	(36.387,08)
Outros rendimentos e ganhos	18	207.540,91	47.881,41
Outros gastos e perdas		(288,89)	(70,40)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		118.809,91	13.799,58
Gastos / (reversões) de depreciação e de amortização	6, 7, 19	(29.362,06)	(8.109,89)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		89.447,85	5.689,69
Juros e rendimentos similares obtidos	20	2.498,00	-
Juros e gastos similares suportados		-	-
Resultado antes de impostos		91.945,85	5.689,69
Imposto sobre o rendimento do exercício		-	-
Resultado líquido do exercício		91.945,85	5.689,69
As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras			
O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS		O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	

c) Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

 Fundação Santa Rafaela Maria DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011 (Montantes expressos em Euros)			
	Notas	31-12-2012	31-12-2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		-	-
Pagamentos a fornecedores		(45.525,63)	(6.787,02)
Pagamentos ao pessoal		(111.242,45)	(15.642,92)
Fluxos gerados pelas operações		(156.768,08)	(22.429,94)
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		-	-
Outros recebimentos / pagamentos		205.076,37	122.439,14
Fluxos das atividades operacionais [1]		<u>48.308,29</u>	<u>100.009,20</u>
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis e intangíveis		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		-	-
Fluxos das atividades de investimento [2]		-	-
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-	-
Outras operações de financiamento (Locação Financeira)		-	-
Fluxos das atividades de financiamento [3]		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes [4]-[1]-[2]-[3]		48.308,29	100.009,20
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		100.259,20	250,00
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4	<u>148.567,49</u>	<u>100.259,20</u>
As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras			
O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS		O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	

II. Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012

1. Nota Introdutória

A Fundação Santa Rafaela Maria é uma fundação com sede na Rua de São Félix, Nº 2A, Lisboa, constituída no início de Fevereiro de 2006, tendo atualmente um fundo patrimonial de cento e sessenta e oito mil, quatrocentos e três euros e oitenta e sete cêntimos, e que está totalmente subscrito e realizado pelos Fundadores.

A Fundação tem por missão a educação e a promoção do desenvolvimento integral, humano e cristão, das pessoas, sobretudo das mais carecidas.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que a Fundação opera.

É do entendimento do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Fundação, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. Referencial Contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da Fundação foram preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) a partir do exercício de 2011.

As demonstrações financeiras que incluem o balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime de acréscimo no qual os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos, quando satisfaçam as definições e os critérios de reconhecimento para esses elementos contidos na estrutura concetual, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

As políticas contabilísticas apresentadas na nota 3, foram utilizadas nas demonstrações financeiras para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2012 e na informação financeira comparativa apresentada nestas demonstrações financeiras para o exercício findo a 31 de Dezembro de 2011.

Não foram feitas derrogações às disposições da NCRF-ESNL e não existem contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, mantidos de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL).

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF-ESNL requer que a Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos ativos, passivos, rendimentos e gastos.

As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias, e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos ativos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As questões que requerem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na Nota 3.12 - Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os restantes ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

A Fundação procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativos e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As depreciações são calculadas após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e o valor líquido contabilístico do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Ativos intangíveis

A Fundação reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exercer o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Fundação e o seu custo possa ser fielmente mensurado.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

A Fundação procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do ativos e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As amortizações são reconhecidas numa base sistemática/linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

3.4 Especialização dos exercícios

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputados aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.5 Ativos e passivos financeiros

A Fundação reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Os custos iniciais não incluem os custos de transação dos ativos ou passivos financeiros mensurados ao justo valor com contrapartida em resultados.

A Fundação mensura os seus ativos e passivos financeiros em cada data de relato ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade ou ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

Ao custo ou custo amortizado

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo ou ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros), quando:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde ao valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre esse montante na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados no valor líquido contabilístico do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outras contas a receber;
- Empréstimos concedidos;
- Fornecedores;
- Outras contas a pagar;
- Empréstimos obtidos.

São ainda classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

Imparidade

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação da existência de evidência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros, estimados dos ativos financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objetiva de perda de valor resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo ou custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações nas mesmas registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

3.6 Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui caixa e depósitos bancários, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

3.7 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Fundação desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Fundação reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Fundação desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe uma certeza razoável de que a Fundação irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Outros subsídios do Governo são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com a compensação dos gastos. Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados, são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

3.9 R dito

O rédito   mensurado pelo justo valor da contrapresta o recebida ou a receber. O rédito a reconhecer   deduzido do montante estimado de devolu es, descontos e outros abatimentos. O rédito   reconhecido líquido de impostos relacionados com a venda.

O rédito proveniente da presta o de serviços   reconhecido com referência   fase de acabamento da transa o/serviço   data de relato, desde que todas as seguintes condi es sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
-   provável que benefícios econ micos futuros associados   transa o fluam para a Funda o;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transa o podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transa o/serviço   data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros   reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios econ micos fluam para a Funda o e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.10 Gastos/rendimentos de financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplica es efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos   medida que são incorridos.

3.11 Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informa o adicional sobre condi es que existiam   data do balanço são refletidos nas demonstra es financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informa o sobre condi es que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstra es financeiras, se forem considerados materiais.

3.12 Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

A NCRF-ESNL requer que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, fundo patrimonial, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos gastos e rendimentos reais.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Fundação e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Fundação é apresentada nas Notas 3.1 a 3.11 do Anexo.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Fundação, os resultados reportados poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Fundação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas são mais apropriadas.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela Fundação da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores. Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

4. Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Caixa e seus equivalentes em 2012 e 2011 têm a seguinte composição:

	(em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Numerário	330,53	446,74
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	68.236,96	27.812,46
Aplicações de tesouraria	80.000,00	72.000,00
Caixa e seus equivalentes	<u>148.567,49</u>	<u>100.259,20</u>

5. Políticas contábilísticas, alterações nas estimativas contábilísticas e erros

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, ocorreram alterações de políticas contábilísticas, alteração para o NCRF-ESNL (conforme referido na Nota 2.1), e não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

6. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 2012 e em 2011 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	(em euros)			
	31-12-2012			
	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Equipam. básico	Total
Ativo bruto:				
Saldo inicial	143.051,87	4.833,62	-	147.885,49
Aquisições	-	-	22.675,00	22.675,00
Saldo final	<u>143.051,87</u>	<u>4.833,62</u>	<u>22.675,00</u>	<u>170.560,49</u>
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo inicial	7.944,15	150,61	-	8.094,76
Depreciações do exercício	23.832,45	903,86	4.535,00	29.271,31
Saldo final	<u>31.776,60</u>	<u>1.054,47</u>	<u>4.535,00</u>	<u>37.366,07</u>
Ativo líquido	<u>111.275,27</u>	<u>3.779,15</u>	<u>18.140,00</u>	<u>133.194,42</u>

(em euros)

31-12-2011			
	Edifícios e outras construções	Equipam. básico	Total
Ativo bruto:			
Saldo inicial	12.993,49	-	12.993,49
Aquisições	130.058,38	4.833,62	134.892,00
Saldo final	143.051,87	4.833,62	147.885,49
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:			
Saldo inicial	-	-	-
Depreciações do exercício	7.944,15	150,61	8.094,76
Saldo final	7.944,15	150,61	8.094,76
Ativo líquido	135.107,72	4.683,01	139.790,73

Vida útil e depreciação

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de acordo com métodos da linha reta, duodecimal durante as seguintes vidas úteis estimadas:

Classe homogénea	Anos
Edifícios e outras construções	6
Equipamento transporte	5
Equipamento básico	5 e 6

A Fundação começou a calcular as depreciações dos seus ativos fixos tangíveis, após o momento em que os mesmos se encontraram em condições de serem utilizados.

(em euros)

Ativos Fixos Tangíveis	Valor	Data Início Depreciação
Edifício Av. Luís de Camões n.º 1	12.993,49	Set-11
Edifício Rua Eça de Queirós n.º 10	71.058,38	Set-11
Edifício Av. Luís de Camões n.º 2	59.000,00	Set-11
Total Edifícios	143.051,87	
Carrinha	22.675,00	Jan-12
Mobiliário e Computadores	4.833,62	Nov-11
Total Equipamento Básico	4.833,62	
	170.560,49	

Os edifícios começaram a ser depreciados em Setembro 2011, data em que a Fundação iniciou a sua atividade, propriamente dita.

O mobiliário e computadores só foram transferidos e depreciados a partir de Novembro, pois só nessa data é que foi obtida autorização pela entidade reguladora do Projeto Programa Escolhas para proceder-se à transferência dos mesmos da Congregação das Escravas do Sagrado Coração de Jesus para a Fundação.

Mobiliário e computadores: € 4.833,62

- € 2.677,00, corresponde ao capital inicial afeto pela Congregação das Escravas do Sagrado Coração do Sagrado Coração de Jesus à Fundação;

- € 2.156,62, bens entregues gratuitamente pela Congregação das Escravas do Sagrado Coração do Sagrado Coração de Jesus (adquiridos em 2010) à Fundação.

As depreciações do exercício, no montante de € 29.271,31, foram registadas nas rubricas de gastos de depreciação e amortização.

7. Ativos intangíveis

Durante o exercício findo em 2012 o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

(em euros)

31-12-2012		
	Programas de computador	Total
Ativo bruto:		
Saldo inicial	272,29	272,29
Saldo final	272,29	272,29
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	15,13	15,13
Amortizações do exercício	90,75	90,75
Saldo final	105,88	105,88
Ativo líquido	166,41	166,41

(em euros)

31-12-2011		
	Programas de computador	Total
Ativo bruto:		
Saldo inicial	-	-
Aquisições	272,29	272,29
Saldo final	272,29	272,29
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:		
Saldo inicial	-	-
Amortizações do exercício	15,13	15,13
Saldo final	15,13	15,13
Ativo líquido	257,16	257,16

Vida útil e depreciação

Os ativos intangíveis de vida útil finita são amortizados de acordo com o método da linha reta durante 3 anos.

A Fundação começou a amortizar os seus ativos intangíveis a partir de Novembro de 2011, momento o qual se encontravam em condições de serem utilizados.

As depreciações do exercício, no montante de € 90,75, foram registadas nas rubricas de gastos de depreciação e amortização.

8. Impostos sobre o rendimento

A Fundação não se encontra sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”), por ser uma Instituição Particular de Solidariedade Social (“IPSS”).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Fundação dos anos 2009 a 2012 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

9. Clientes e outras contas a receber

Em 2012 e em 2011 as contas a receber da Fundação têm a seguinte composição:

(em euros)

	31-12-2012			31-12-2011		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido
Outras contas a receber:						
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	145,33	-	145,33
Acréscimos de rendimentos - Subsídio Programa Escolhas	11.056,75	-	11.056,75	12.205,29	-	12.205,29
Outros devedores	484,52	-	484,52			
	<u>11.541,27</u>	<u>-</u>	<u>11.541,27</u>	<u>12.350,62</u>	<u>-</u>	<u>12.350,62</u>

10. Diferimentos Ativos

(em euros)

Natureza	31-12-2012	31-12-2011
Diferimentos ativos		
Outros gastos a reconhecer	298,03	-
	<u>298,03</u>	<u>-</u>

11. Fundos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2012, o fundo patrimonial da Fundação tem a seguinte composição:

(em euros)

Fundo	31-12-2012		31-12-2011	
	Montante Subscrito	Montante Por Realizar	Montante Subscrito	Montante Por Realizar
Edifício Av. Luís de Camões n.º 1	12.993,49	12.993,49	12.993,49	
Edifício Rua Eça de Queirós n.º 10	71.058,38	71.058,38	71.058,38	
Edifício Av. Luís de Camões n.º 2	59.000,00	59.000,00	59.000,00	
Mobiliário e Computadores	2.677,00	2.677,00	2.677,00	
Carrinha	22.675,00	22.675,00	22.675,00	22.675,00
	<u>168.403,87</u>	<u>168.403,87</u>	<u>168.403,87</u>	<u>22.675,00</u>

12. Outras contas a pagar

Em 2012 e em 2011 a rubrica “Outras contas a pagar” tem a seguinte composição:

(em euros)

	31-12-2012	31-12-2011
Outras contas a pagar		
Pessoal		
Remunerações a pagar	4.225,68	-
Credores por acréscimos de Gastos:		
Renumerações a liquidar - Subsídio Férias e Férias	15.302,94	14.349,60
Outros acréscimos de gastos	442,92	766,66
	<u>15.745,86</u>	<u>15.116,26</u>
Outros Credores		
ACIDI	28,50	-
Programa Escolhas	261,12	-
Outros	135,00	-
	<u>424,62</u>	<u>-</u>
Congregação das Escravas do Sagrado Coração de Jesus:		
Faturas em nome Congregação pagas pela Fundação, que irão ser refaturadas	-	(298,67)
Transferências antigas contas bancárias Tasse e Claii	-	114.559,57
Pagamentos Segurança Social da Congregação pagos pela Fundação	-	(614,40)
Pagamentos IRS da Fundação pagos pela Congregação	-	320,42
Pagamentos Vencimentos da Fundação pago pela Congregação	-	4.282,38
Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis Transferidos pela Congregação	-	2.428,91
Donativos recibos pela Congregação mas afetos à Fundação	-	(39.598,30)
	<u>-</u>	<u>81.079,91</u>
	<u>20.396,16</u>	<u>96.196,17</u>

No ano de 2012, a Congregação das Escravas do Sagrado Coração de Jesus atribuiu à Fundação um donativo de € 82.266,58, compensado assim a dívida existente.

13. Fornecedores

Em 2012 e em 2011 a rubrica de “Fornecedores” tem a seguinte composição:

(em euros)

	31-12-2012	31-12-2011
Fornecedores conta corrente		
Fornecedores Mercado Nacional	2.359,25	2.658,03
	<u>2.359,25</u>	<u>2.658,03</u>

14. Estado e Outros Entes Públicos

Em 2012 e em 2011 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

(em euros)

	31-12-2012		31-12-2011	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	493,25	-	-	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	1.291,00	-	521,00
Contribuições para a Segurança Social	-	4.175,05	-	1.863,95
	<u>493,25</u>	<u>5.466,05</u>	<u>-</u>	<u>2.384,95</u>

15. Subsídios do governo

Durante o exercício findo em 2012 a Fundação beneficiou de subsídios do Programa Escolhas no montante de € 67.034,76, do ACIDI - CLAI no montante de € 11.856,50 e do IEF no montante de € 1.885,22.

16. Fornecedor e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” nos exercícios findos em 2012 e em 2011 tem a seguinte composição:

(em euros)

	31-12-2012	31-12-2011
Trabalhos Especializados	11.738,81	6.514,40
Publicidade e Propaganda	755,84	-
Honorários	18.106,15	625,00
Conservação e reparação	1.334,46	420,00
Serviços Bancários	218,00	-
Outros	2.147,02	-
Materiais	4.672,08	1.225,08
Electricidade	1.180,46	312,19
Combustíveis	2.208,19	-
Água	233,65	50,93
Deslocações e estadas	934,50	-
Transportes de pessoal	60,55	-
Comunicação	2.141,93	503,19
Seguros	1.336,11	-
Contencioso e Notariado	1.063,05	60,00
Despesas de Representação	58,80	-
Limpeza Higiene e Conforto	61,29	-
Outros	27,00	118,85
	<u>48.277,89</u>	<u>9.829,64</u>

17. Gastos com o pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 2012 e em 2011 tem a seguinte composição:

	(em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Remunerações do pessoal	100.210,56	30.466,36
Encargos sobre remunerações	19.124,70	5.899,51
Seguros acidentes de trabalho	595,44	21,21
Outros gastos com o pessoal	1.010,00	-
	<u>120.940,70</u>	<u>36.387,08</u>

18. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” no exercício findo em 2012 e em 2011 tem a seguinte composição:

	(em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Rendimentos Suplementares	275,00	-
Donativos:		
Fundação Santa Rafaela Maria	19.586,13	8.283,11
TASSE	152.465,82	36.728,30
CLAI e Campo de Férias	33.658,14	2.870,00
Outros	1.555,82	-
	<u>207.540,91</u>	<u>47.881,41</u>

19. Depreciações e Amortizações

A rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 2012 e em 2011 tem a seguinte composição:

	(em euros)	
	31-12-2012	31-12-2011
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	29.271,31	8.094,76
Ativos Intangíveis (Nota 7)	90,75	15,13
	<u>29.362,06</u>	<u>8.109,89</u>

20. Juros e Rendimentos Similares Obtidos

A rubrica de “Juros e Rendimentos Similares Obtidos” no exercício findo em 2012 é composto por juros de Depósitos a Prazo no montante de € 2.498,00.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO